



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2025

### Presidente

Maria Eugénia Pimentel Leal

### Deputados

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro	Liliana Maria Martins Dias
Hélder Herculano Pimentel Medeiros	Iola Maria dos Santos Pacheco Silva
António José Braga Sousa	Emanuel Teotónio Pacheco
Iracema de Jesus Pinheiro Sousa Furtado	Helena Margarida Vieira de Medeiros Andrade
Bruno Gonçalo da Ponte Paiva	Cláudio Manuel Pacheco Medeiros
Maria Helena de Rodrigues e Ponte	Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa
Maria Rita Cabral Rodrigues	Emanuel Frias Santos
Sara Maria Couto Botelho	Rui Nelson Furtado Amaral
Alexandre Custódio Batista da Câmara Amaral	Arménio Maurino Correia Jardim
Nuno Alexandre Teixeira Sociedade	Luís Filipe Marques Soares Gomes
Teresina de Fátima Garça Carreiro Teixeira	Flávio Miguel da Ponte Pacheco
Alexandre Alberto Andrade Duarte	Rui Simas Santos
Armando dos Santos Rodrigues	

### Secretários

Bruno Miguel Arruda Machado

Maria da Conceição Frias Santos



## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA**

**18 DE FEVEREIRO DE 2025**

### **ÍNDICE**

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### **ORDEM DO DIA**

PONTO UM – I. N.º 1088/2025 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL CAMARÁRIA FINANCEIRA E RELATÓRIO FINANCEIRO

PONTO DOIS – E. N.º 1066/2025 – INFORMAÇÃO – ENVIO DE RELATÓRIO ANUAL E ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2024 - CPCJ

PONTO TRÊS – I. N.º 1474/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – PLANO DE AÇÃO DE BASE TERRITORIAL

PONTO QUATRO – I. N.º 4/2025 – INFORMAÇÃO – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DÍVIDAS DE TERCEIROS E A TERCEIROS A 31/12/2024

PONTO CINCO – I. N.º 682/2025 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL – 4.º TRIMESTRE DE 2024

PONTO SEIS – I. N.º 23/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ARTIGO 145.º

PONTO SETE – I. N.º 1257/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENT



## ANTES DA ORDEM DO DIA

### REGISTO DE PRESENÇAS

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão **com exceção dos deputados municipais Pedro Miguel Peres da Costa Pereira e Mariana Ferreira Salema, ausentes por motivo justificado e que se fizeram representar pelas deputadas municipais Helena Margarida Vieira de Medeiros Andrade e Iracema de Jesus Pinheiro Sousa Furtado, respetivamente. Igualmente ausentes estiveram os deputados municipais Emanuel Teotónio Pacheco e Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa.** -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, e os vereadores municipais Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Carlos Manuel Melo Pimentel, Emanuel Sousa Medeiros e Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa, **com exceção da vereadora municipal Eunice Maria Pinheiro Sousa.** -----

### APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

Procedeu-se à aprovação da ata da sessão anterior, tendo a mesma sido aprovada por maioria (com uma abstenção do PS). -----

### PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

A deputada municipal Helena Ponte apresentou o seguinte voto de recomendação: -----

*"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----*

*Exmos. Senhores e Senhoras Vereadores -----*

*Exmos. Colegas Deputados Municipais -----*

*Exmo. Público que nos assiste aqui presente e através das redes sociais -----*

*O nosso concelho encontra-se numa situação delicada e complicada no que respeita à distribuição de correspondência e encomendas através dos CTT. -----*

*Os poucos carteiros, salvo erro, neste momento são dois, não conseguem cobrir todo o território municipal e isto acarreta muitas dificuldades à população. -----*



*A correspondência que tem prazo a cumprir e que chega atrasada, o que muitas vezes leva ao pagamento de coimas. São as notificações de consultas que não chegam a tempo e toda uma diversidade de correspondência e encomendas que chegam com muitos dias ou semanas de atraso. Os nossos carteiros não têm mãos a medir.* -----

*Será que a Assembleia Municipal e até a Câmara não poderiam fazer uma exposição à administração dos CTT, por forma a colmatar a falta de recursos humanos com que a estação de Vila Franca do Campo se depara?* -----

*Tenho dito e muito obrigada.* -----

*Bancada do PS".* -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que a Câmara Municipal se encontrava disponível para enviar uma carta à administração dos CTT, não envolvendo nenhuma crítica ao estado da situação em si, mas sim realçando a necessidade de mais recursos humanos para o balcão dos CTT de Vila Franca do Campo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal informou que a Assembleia Municipal estava solidária com a proposta apresentada. -----

[O deputado municipal Alexandre Amaral requereu não participar na votação, tendo-se ausentado da sala para o efeito]. -----

O deputado municipal Rui Amaral, no uso da palavra que lhe foi conferido, informou que a Junta de Freguesia de Ponta Garça se associava ao voto enquanto entidade detentora de um balcão dos CTT na freguesia, informando que já tinha enviado, por via telefónica e correio registado, uma reclamação relativa à irregularidade em questão e outras. -----

Colocado à votação o voto de recomendação, foi aprovado por unanimidade. -----

A deputada municipal Maria Rodrigues apresentou o seguinte voto de recomendação: -----

*"Venho apresentar uma proposta de recomendação à Assembleia Municipal que, junto com a Câmara Municipal, na possibilidade de intervenção perante o Governo Regional, com vista de uma resolução de uma situação que se arrasta já há alguns anos.* -----

*A reparação da berma, superfície da via pública, à direita da faixa de rodagem sentido sul-norte na Rua do Calvário, em frente às moradias n.ºs 12, 16 e 25G, na freguesia de Ponta Garça, necessitando urgentemente de reparação neste local.* -----

*Com as chuvas e movimentação constante dos transportes e principalmente dos pesados está a agravar-se, o que já danificou as moradias próximas, como fendas nas paredes e muros.* -----

*Tenho dito".* -----

O deputado municipal Rui Amaral confirmou ser uma questão pertinente de longa data, realçando que a Junta de Freguesia de Ponta Garça já tinha efetuado o encaminhamento, por escrito, tendo-lhes sido indicado que o problema ficaria resolvido a curto-médio prazo, o que ainda não tinha acontecido até à data. -----



O Presidente da Câmara Municipal informou que efetuará o encaminhamento da reclamação para a entidade competente. -----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que, à semelhança do voto de recomendação anterior, a Câmara Municipal faria a recomendação acrescentando que a Assembleia Municipal tinha aprovado a mesma. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que, tratando-se de uma recomendação da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal tinha o dever de dar um encaminhamento executivo ao assunto. -----

Colocado à votação o voto de recomendação, foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros, no uso da palavra que lhe foi conferido, recordou que, na sessão anterior da Assembleia Municipal ocorrida na freguesia de Ribeira Seca, o Presidente da Câmara Municipal referiu que a autarquia tinha rescindido o contrato de concessão do aquaparque, mas que a Câmara Municipal ainda não tinha tomado a posse do mesmo. Prosseguiu dizendo que a situação era preocupante, sobretudo o comportamento errático do concessionário para quem o contratava, com fidelidade, enquanto entidade pública. Terminou requerendo informações sobre o assunto, considerando que se podia tornar um problema muito grave no presente e futuro. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha ocorrido uma videoconferência com o concessionário, juntamente com um tradutor, tendo ambos acertado alguns pontos que estavam a ser juridicamente tratados, sendo que lhe parecia que o desfecho razoável consistia em retomar a concessão com o mesmo senhor, não existindo, até ao momento, nenhum contrato assinado. Prosseguiu dizendo que lhe foi enviada uma proposta, à qual já tinham respondido, encontrando-se na fase de negociação escrita, tendo em conta o que tinham conversado previamente durante a videoconferência. Mais disse que esperava que, no prazo de quinze dias a um mês, os advogados pudessem finalizar a negociação. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros questionou se o Presidente da Câmara Municipal intencionava envolver a Assembleia Municipal no assunto, questionando, igualmente, quais as garantias apresentadas pelo concessionário para ser confiável. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava da questão jurídica que os advogados estavam a tratar, não possuindo, ainda, a versão final. Prosseguiu dizendo que não se opunha ao envolvimento da Assembleia Municipal, recordando que todos tinham conhecimento sobre o seu entendimento relativamente à gestão do domínio privado da Câmara Municipal, a qual era diferente da gestão do domínio público das propriedades municipais, sendo seu entendimento que a gestão do domínio privado era uma competência da Câmara Municipal, sendo que a gestão do domínio público era uma competência da Assembleia Municipal. Terminou informando não ter nada contra em mostrar previamente o contrato antes de o assinar. -----

O deputado municipal Rui Amaral questionou se já estava prevista a substituição do piso da Rua Prof. Eduíno Terra Vargas, da Rua da Igreja, tal como tinham debatido na sessão anterior da



Assembleia Municipal, considerando que os pisos tinham cada vez mais buracos e os transportes pesados que lá circulavam, também contribuíam para o problema. Prosseguiu questionando se havia alguma resolução ou estratégia de resolução para o problema das poucas canadas que não tinham o seu piso regularizado, constituindo um transtorno para muitos ponta-garcenses e não só. Prosseguiu dizendo que, aquando do seu último atendimento ao público, foi abordado por dois estrangeiros presentemente naturalizados como ponta-garcenses, os quais tinham abordado o problema, tendo conversado com os mesmos, em inglês, considerando ser a nova realidade. Questionou se havia alguma forma de atingirem um consenso de forma a poderem indicar uma possível solução. Realçou que não era sua intenção imputar responsabilidades ao executivo, mas sim tentar informar os novos cidadãos estrangeiros a residir em Ponta Garça. -----

O Presidente da Câmara Municipal recordou que, em 2025, disporiam de mais verbas para asfaltagem e tratamento de ruas e caminhos. Prosseguiu referindo que havia bastante trabalho por fazer dentro dos perímetros urbanos, sendo que, se deixassem os mesmos para atuar em canadas, estariam a inverter as prioridades. Prosseguiu dizendo que, apesar de possuírem algumas verbas para melhorias e benfeitorias em caminhos, lhe parecia muito difícil que atingissem as canadas. Prosseguiu referindo nunca ter dito que haveria alguma intervenção na Rua Prof. Eduíno Terra Vargas, mas sim na Rua da Igreja, na rua da Cooperativa e na Canada das Velhas. Referiu que esperava ter o processo concluído nos meses de março/abril, recordando a dificuldade atual em contratar prestações de serviços de engenheiros (e outros), os quais se encontravam assoberbados com trabalho. Mais disse que o processo relacionado com a requalificação do Poço Largo e da via de acesso à esquadra da PSP estava concluído relativamente ao que seria o caderno de encargos, como estavam na fase de conclusão das ruas incluídas na zona de Santo André, sendo que as equipas não conseguiam dar resposta às solicitações. Mais disse que eram os processos que se encontravam em percurso, seguindo-se a Rua da Igreja, da Cooperativa e da Canada das Velhas. ---

### PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[A intervenção seguinte foi traduzida do inglês para português]. -----

O senhor Marcel Gasparovic, natural da Eslováquia, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu ser proprietário de uma quinta na Canada da Lomba, em Ponta Garça, tal como o senhor estrangeiro que o acompanhava, que também era proprietário de uma casa na mesma canada. Prosseguiu requerendo ajuda, por parte da Câmara Municipal, para resolver o problema associado ao estado da canada de acesso às suas propriedades, realçando que a mesma se encontrava em mau estado. Prosseguiu requerendo ajuda para reconstruírem a via para as suas propriedades. Mais disse que possuía, em sua posse, um requerimento, em português, solicitando o apoio, o qual continha seis assinaturas de outros vizinhos. -----



O Presidente da Câmara Municipal realçou que se tratava de uma situação inédita a qual tinham de começar a se habituar, mas que, como se tratava de uma sessão pública, era razoável que alguém resumisse o que tinha sido dito, em português, considerando que se encontravam em Portugal e que quem estivesse a assistir poderia não ter compreendido o que foi dito. -----

O Presidente da Câmara Municipal informou o senhor Marcel que o poderia receber no seu escritório quando este quisesse, podendo debater o assunto em inglês. Prosseguiu resumindo, em português, o que o senhor Marcel disse, anteriormente. -----

O Presidente da Câmara Municipal prosseguiu explicando que existem diferentes tipos de estradas, nomeadamente estradas regionais e estradas municipais. Prosseguiu dizendo que existe um outro tipo de estrada, resultado de cedências dos seus vizinhos que, no passado, decidiram ceder, cada um, parte dos seus terrenos para construir uma canada que facilitasse o acesso aos seus terrenos, os quais nunca foram municipais nem regionais, sendo privados. Mais disse que o que existia era um direito de servidão que permitia a passagem de todos na via, mas que se tratava de terrenos privados e não públicos. Prosseguiu realçando que existem dezenas de situações semelhantes no concelho, sendo que, quando tomassem uma decisão relativamente a uma situação concreta, tal obrigar-lhes-ia a que, em igualdade de circunstâncias, fizessem o mesmo para outros, o que criaria um precedente difícil de gerir, considerando que existem dezenas de canadas em todo o concelho. Realçou que há muito trabalho por realizar nas vias públicas, pelo que não têm capacidade de resposta para intervir em vias privadas. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM – I. N.º 1088/2025 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL CAMARÁRIA FINANCEIRA E RELATÓRIO FINANCEIRO -----

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação com informação sobre a atividade municipal camarária e relatório financeiro. -----

#### *Informação sobre Atividade Municipal Camarária e Relatório Financeiro*

##### ***Empreitada de Ampliação do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo – 2.ª Fase***

✓ *Em fase de candidatura.* -----

##### ***Empreitada de Construção de Edifício Multifamiliar (28 Fogos) – Rua Pão do Vigário***

✓ *Obra a decorrer.* -----

##### ***Empreitada de Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Freguesia de Água d'Alto -***

✓ *Obra a decorrer.* -----

##### ***Empreitada de Grandes Reparações de Habitações Municipais do Loteamento da Lombinha ---***

✓ *Obra a decorrer.* -----

##### ***Empreitada de Construção de Parque de Estacionamento em Água d'Alto -----***



- ✓ Obra a aguardar início. -----
- Aquisição de Contentores de Recolha Seletiva de Resíduos para o Concelho de Vila Franca do Campo** -----
- ✓ Previsão de entrega no 1.º trimestre de 2025. -----
- Aquisição de Serviços para a “Proteção das Nascentes de Água da Mãe d’Água e do Galego com Recurso a Soluções de Engenharia Natural” do Projeto LIFE 19 IPC/PT Sub-Ação C5.1** ----
- ✓ Em fase preparatória, com início de execução previsto no 1.º trimestre de 2025. -----
- Empreitada de Ampliação do Cemitério de Ponta Garça** -----
- ✓ Obra a aguardar início. -----
- Empreitada de Reforço da Muralha do Forte do Corpo Santo** -----
- ✓ Obra em fase processual. -----
- Empreitada de Requalificação/Arranjo Urbanístico na Zona do Poço Largo e Envolventes** -----
- ✓ Obra a aguardar início. -----

#### **Atividades Culturais, Sociais e Desportivas**

- ✓ Convívio de Natal Sénior (Vila Natal 2024) -----
- ✓ Exposição “Natal Ecológico” (Vila Natal 2024) -----
- ✓ Visita ao Núcleo Museológico do Presépio, Convento de Santo António, Lagoa (Seniores Ativos 60+) -----
- ✓ Concurso de Montras (Vila Natal 2024) -----
- ✓ Aldeia dos Elfos (Vila Natal 2024) -----
- ✓ Oficina de Cerâmica (Vila Natal 2024) -----
- ✓ Inauguração do Mercado Agrícola Municipal -----
- ✓ Inauguração do parque de estacionamento da Rua das Hortas -----
- ✓ Noite de “Cantares às Estrelas” -----
- ✓ Visita ao Convento de São Francisco (Seniores Ativos 60+) -----

#### **Relatório Financeiro**

<b>Situação a 10/02/2025</b>	
Caixa e bancos	5 095 176,29€
Empréstimos (M/L Prazo)	0,00€
Empréstimos do FAM	29 115 059,52€
Cientes conta corrente	256 340,08€
Utentes conta corrente	75 247,23€
Total de clientes e utentes	<b>331 587,31€</b>



Fornecedores de conta corrente	131 564,24€
Fornecedores de bens de investimento	11 152,72€
Cauções	238 415,27€

O Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao documento apresentado, referiu que lhe preocupava a falta da aprovação dos fundos comunitários respeitantes à segunda fase de ampliação do parque industrial, salientando que várias pessoas lhe perguntavam, considerando que tinham interesse na aquisição de lotes. Prosseguiu esclarecendo que continuavam a aguardar a aprovação dos fundos comunitários, pois, sem estes, era impossível lançarem um concurso público, derivado do facto de a Câmara Municipal não ter a totalidade do dinheiro necessário para executar a obra por sua conta. Mais disse que tudo indicava que os fundos fossem aprovados, mas que tal ainda não tinha acontecido, constituindo o único atraso significativo. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PONTO DOIS – E. N.º 1066/2025 – INFORMAÇÃO – ENVIO DE RELATÓRIO ANUAL E ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2024 – CPCJ -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação com o Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2024 da CPCJ de Vila Franca do Campo: -----

*“Em cumprimento do determinado no n.º 2 do art.º 32 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, cumpre-nos remeter a V/ Ex.ª, cópia do Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de 2024, aprovado em sede de reunião desta Comissão, na sua modalidade alargada, realizada no dia 22/01/2025”. -----*

A deputada municipal Sara Botelho, no uso da palavra que lhe foi conferida, efetuou uma súmula do Relatório de Atividades e Avaliação de 2024 da CPCJ. Começou por informar que, relativamente a 2024, entraram 156 processos na CPCJ, recordando que cada processo correspondia a 1 criança, sendo que deram entrada mais 29 processos em 2024, por comparação com o período homólogo anterior. Prosseguiu dizendo que houve necessidade de aumentar os tempos de afetação dos membros da CPCJ, tendo aumentado de 5 para 7, e passando a trabalhar 14 horas semanais, ao invés das anteriores sete horas. Referiu que, dos 156 processos que deram entrada, 69 eram relativos a novas aberturas e 53 tinham transitado de 2023. Referiu que, a 31 de dezembro de 2024, a CPCJ cessou a sua intervenção em 86 processos, sendo que transitaram 70 processos para o ano de 2025. Prosseguiu dizendo que as entidades que mais sinalizavam continuavam a ser os estabelecimentos de ensino e as forças de segurança. Relativamente à totalidade dos processos e relativamente ao nível de problemáticas sinalizadas e diagnosticadas, continuavam a entender que as diagnosticadas e sinalizadas continuavam a ser a exposição das crianças e jovens a



comportamentos que comprometiam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento, assim como os comportamentos que a própria criança e/ou jovem adotavam e que comprometiam o seu bem-estar sem que os pais tivessem capacidade de se opor de forma adequada, destacando os comportamentos graves antissociais de indisciplina e o absentismo escolar. Atendendo à distribuição dos processos por faixas etárias, referiu que era entre os 11 e os 14 anos e entre os 15 e os 17 anos de idade, que existia o maior volume processual. Mais disse que era na faixa entre os 11 e os 14 anos que se verificavam, maioritariamente, os comportamentos antissociais e de indisciplina, e os comportamentos de absentismo escolar, na sua maioria, eram verificados na faixa etária entre os 15 e os 17 anos de idade. Relativamente aos constrangimentos que a CPCJ possuía, destacou a escassez de recursos humanos e/ou a ausência de uma rede local de apoio que intervisse, de forma concertada, sistematizada e próxima da comunidade no que respeitava às questões associadas às dependências, bem como na promoção da saúde mental. Prosseguiu felicitando o executivo camarário, referindo terem conhecimento que a Câmara Municipal iria adquirir um veículo que possibilitaria uma maior autonomia aos elementos da equipa, na realização das suas diligências. Relativamente às atividades desenvolvidas, destacou a realização do Fórum da Criança, um evento bienal, assim como a celebração do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos (abril), durante o qual dinamizavam várias atividades ao longo do mês, como a Praça dos Afetos e a distribuição do Calendário dos Afetos, ou a leitura do conto “Cuida Bem de Mim” nas escolas do concelho. -----  
O Presidente da Câmara Municipal saudou a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pelo excelente trabalho desenvolvido, muito importante no concelho, e sobre o qual a Câmara Municipal teria sempre interesse em colaborar, dentro das suas disponibilidades. Realçou que a falta de uma rede local de apoio às dependências constituía, de facto, um grande constrangimento. Quanto à promoção da saúde mental, referiu que o Centro de Saúde poderia fornecer alguma ajuda e confirmou a entrega de uma nova viatura à CPCJ, apontando para o mês de março a sua entrega. A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **PONTO TRÊS – I. N.º 1474/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – PLANO DE AÇÃO DE BASE TERRITORIAL** -----

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária que teve lugar em 12/02/2025 e que a seguir se transcreve: -----

“Considerando: -----

- a. *O Programa Operacional Açores 2030, que compreende o período de programação 2021-2027, é um programa financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE + (Fundo Social Europeu Mais); -----*
- b. *Que o concelho de Vila Franca do Campo concentra menos de 6% da população residente na Região Autónoma dos Açores, sendo classificado como um território de baixa densidade populacional, pelo que o Plano de Ação de Base Territorial foi elaborado no âmbito do*



*Objetivo Específico RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas, da Prioridade 5A. Valorização económica e social no território;* -----

- c. Neste objetivo específico é proposta a realização de investimentos com vista a revitalizar e regenerar espaços públicos, edifícios e estruturas locais de natureza logística, que abrangem o concelho de Vila Franca do Campo, de modo a fomentar a retenção e fixação de residentes, fortalecer a resiliência do Município na prevenção de riscos naturais e promover a preservação e a conservação do património;* -----
- d. Assim, e com o objetivo de implementar a sua estratégia municipal baseada num crescimento sustentável, inclusivo e integrado, a Câmara Municipal elaborou o Plano de Ação de Base Territorial para o horizonte temporal 2021-2027, com vista a realizar, no âmbito do RSO 5.2 a candidatar ao Programa Operacional Açores 2030, um investimento na ordem dos 4.405.000.00€ a ser participado a 85% pelo FEDER.* -----

*Nesse enquadramento, e em ordem ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere:* -----

- 1. Aprovar o Plano de Ação de Base Territorial; e ainda,* -----
- 2. Ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter tal Plano a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei".* -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um plano pré-concetual relativamente às candidaturas a fundos comunitários. Recordou que, no anterior quadro de apoio, foi necessário um plano, o qual se denominava PIRUS, sendo que o atual se tratava de um plano de ação de base pré-territorial que efetuava um levantamento geral, realçando que não era possível enquadrar a construção de novos equipamentos no plano. Referiu que apresentaram um investimento na ordem dos 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros), dentro dos limites concedíveis a cada concelho. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com doze abstenções do PSD). -----

O deputado municipal Alexandre Duarte apresentou a seguinte declaração de voto: -----

*"O Programa Operacional Açores 2030, que compreende o período de 2021-2027, é financiado pelo FEDER e pelo FSE. Já estamos em 2025, apenas a 2 anos do fim deste horizonte temporal. ----- Embora todas as ações previstas sejam de necessária intervenção, a priorização das mesmas pode e deve ser discutida, assim como a equilibrada distribuição do investimento pelo território, pouco ou nada sabemos (além do descrito no Plano) da forma como o executivo pensa concretizá-las no pouco tempo que lhe resta deste mandato.* -----

*Havendo ações com os quais não concordamos porque consideramos que a aposta devia ser maior, por exemplo, o acesso à Senhora da Paz, agora Santuário Mariano, (obra estimada em apenas 150.000,00€) ou na requalificação do Forte do Tagarete (onde se devia ter uma visão de futuro e*



*direcioná-lo para Centro Interpretativo do Ilhéu). Estas apostas podem ter grande impacto económico no nosso concelho. -----*

*A nossa posição é de abstenção, porque não nos sentimos habilitados a aprovar um Plano do qual só conhecemos intenções, não conhecemos projetos concretos e cuja operacionalização será, na sua grande maioria, para o próximo executivo camarário. -----*

*Por outro lado, sabemos que outros municípios tiveram os seus Planos de Ação de Base Territorial aprovados em maio e junho do ano passado, pelo que não se compreende este atraso no caso do município de Vila Franca do Campo. -----*

*Estamos em fevereiro de 2025, quando este executivo está a apenas 6 ou 7 meses do fim do seu mandato. -----*

*Também sabemos que o Plano de Ação de Base Territorial deve resultar de uma reflexão coletiva sobre a realidade atual, uma vez que assume a responsabilidade de definir as áreas de intervenção prioritárias com vista a um efetivo desenvolvimento. -----*

*Parece-nos, por isso, que, para além da criação de “focus groups”, fazia sentido que a Assembleia Municipal tivesse feito parte integrante desta construção do Plano, afinal estamos todos aqui porque fomos eleitos pelos vila-franquenses e muitas das ações previstas no Plano já foram aqui abordadas como necessidades emergentes do nosso concelho. -----*

*Também nos parece pouco democrático que num Plano, que é obrigatoriamente elaborado para territórios de baixa densidade populacional, que tem como um dos seus objetivos promover a coesão social, com um investimento total previsto de 4.450.000,00€, tenha apenas 300.000,00€ afetos à freguesia de Ponta Garça. -----*

*Assim, Ponta Garça continuará a muitos “quilómetros” do centro da Vila, porque este executivo continua a apostar na centralização dos recursos e das decisões e quem fica a perder são as pessoas e o desenvolvimento integral de Vila Franca do Campo, deste modo não se promove coesão, Sr. Presidente! -----*

*Não obstante, o grupo municipal do PSD/VFC considera que o Plano aqui apresentado é uma base de trabalho, mas pode e deve ser melhorado.” -----*

#### **PONTO QUATRO – I. N.º 4/2025 – INFORMAÇÃO – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DÍVIDAS DE TERCEIROS E A TERCEIROS A 31/12/2024 -----**

*Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação com informação relativa à Declaração de Compromissos Plurianuais, Dívidas de Terceiros e a Terceiros a 31/12/2024 ----“Nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março que republicou a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ao artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho que republicou o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, regras aplicáveis à assunção dos compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, os dirigentes devem declarar todos os compromissos existentes a 31 de dezembro do ano anterior. -----*

*Face ao exposto, envia-se a declaração de compromissos plurianuais, dívidas de terceiros e a terceiros para efeitos de agendamento na próxima reunião do órgão executivo para conhecimento e*



*submeter ao órgão deliberativo para os mesmos fins". -----*

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que constatava, no documento, que a Junta de Freguesia de São Pedro possuía um débito considerável relativamente à falta de pagamento do consumo de água, questionando o porquê de o mesmo ainda não ter sido efetuado, considerando que já tinham dado conta da situação no ano anterior. -----

O deputado municipal Flávio Pacheco, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que a Junta de Freguesia de São Pedro não possuía nenhuma dívida, estando aquele assunto relacionado com um inquilino da freguesia de São Pedro, responsável pelo seu próprio pagamento da água. Prosseguiu dizendo que o inquilino teve um derrame e não notificou o mesmo à Junta de Freguesia de São Pedro nem à Câmara Municipal, sendo que, a pandemia ocorreu, entretanto, agravando a situação. Referiu que fizeram diversas solicitações para que o senhor regularizasse a situação, começando por passar, para seu nome, o consumo da água, sendo que o mesmo se recusava a fazê-lo. Prosseguiu dizendo que quando receberam a carta da dívida, a qual estava em nome da junta de freguesia embora nunca a tivessem aberto, entregaram-na ao senhor, o qual, quando se apercebeu do valor, colocou-a na caixa de correia da junta de freguesia. Mais disse que já tinham informado o Presidente da Câmara Municipal que a Junta de Freguesia de São Pedro não iria pagar uma dívida que não era sua, sendo que esta teria de ser regularizada pelo senhor que a fez, tendo feito diversos esforços para que regularizasse a situação, requerendo um plano de pagamentos, mas que o senhor se recusava a atender a qualquer pedido. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PONTO CINCO – I. N.º 682/2025 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL – 4.º TRIMESTRE DE 2024 -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação com informação relativa ao Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal – 4.º Trimestre de 2024. -----

*“Em cumprimento do disposto da cláusula n.º 6 do contrato celebrado a 11/10/2019 com o Fundo de Apoio Municipal, visado pela Seção Regional do Tribunal de Contas em 05/12/2019, junto envio o relatório respeitante ao 4.º Trimestre do ano de 2024, para agendar na próxima reunião da Câmara Municipal para efeitos de conhecimento e submeter à Assembleia Municipal para o mesmo fim”. -----*

O Presidente da Câmara Municipal referiu tudo decorria dentro da normalidade, incluindo o relacionamento com o FAM (Fundo de Apoio Municipal), tratando-se do relatório obrigatório referente ao último trimestre de 2024. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PONTO SEIS – I. N.º 23/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ARTIGO 145.º**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte proposta de deliberação apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária pública que teve lugar em 21/01/2025 e que a seguir se transcreve: -----



*“Nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024 – Lei do Orçamento do Estado para 2025, de 31 de dezembro, mantém a flexibilidade da integração de todo o saldo de gerência, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de Prestação de Contas, desde que a Câmara Municipal aprove o mapa “Demonstração do Desempenho Orçamental”. -----*

*Assim, proponho a aprovação do referido mapa em anexo, possibilitando a utilização do saldo de gerência de execução orçamental. -----*

*Face ao exposto, submeto a proposta de deliberação, para agendar na próxima reunião da Câmara Municipal e submeter à Assembleia Municipal para sua apreciação”. -----*

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o saldo obtido no ano anterior foi de 4.584.325,68€ (quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), o qual seria para integrar na receita de 2025. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com doze abstenções do PSD). -----

#### **PONTO SETE – I. N.º 1257/2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----**

Pela Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida documentação relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva reunião ordinária que teve lugar em 12/02/2025 e que a seguir se transcreve: -----

*“O Presidente da Câmara Municipal informou que, após terem aprovado o orçamento, surgiu a hipótese de efetuarem candidaturas à ASDEPR (Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural). Referiu que a associação já tinha esgotado o plafond do ano anterior, mas que o Governo transferiria mais três milhões de euros para a associação, sendo que as candidaturas seriam financiadas a 100%. Prosseguiu dizendo que, para se candidatarem, necessitavam de ter inscritos a parte correspondente à totalidade, sendo que pagariam inicialmente para serem ressarcidos, posteriormente. Mais disse que, como não estava previsto inicialmente no orçamento, passaria a constar, sendo que os projetos a candidatar se referiam à aquisição de uma viatura para a CPCJ de Vila Franca do Campo, com o valor de 48.000,00€ (quarenta e oito mil euros); aquisição de um aspirador urbano e corta-relvas, por 51.500,00€ (cinquenta e um mil e quinhentos euros); aquisição de uma carrinha por 60.000,00€ (sessenta mil euros); Mobiliário Urbano (Floreiras e Papeleiras) com o valor de 11.500,00€ (onze mil e quinhentos euros); equipamento para o Museu Municipal de Vila Franca do Campo, que inclui mufra, roda de oleiro, arquivadores e equipamento audiovisual. Mais disse que o respetivo dinheiro foi retirado do projeto de requalificação do Largo do Município e que, quando recebessem o dinheiro de volta da ASDEPR, o recolocariam na respetiva rubrica”. -----*

O Presidente da Câmara Municipal referiu que a primeira revisão orçamental englobava o destino dos 4.584.325,68€ (quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), como outros projetos que se encontravam a ser executados, por via da ASDEPR, como a aquisição da viatura para a CPCJ. Prosseguiu dizendo que, de uma forma geral, tinham reforçado as verbas para o Pessoal, considerando que já tinham o parecer favorável do FAM



que permitia a abertura de concursos para novas contratações. Referiu que havia 1.000.000,00€ (um milhão de euros) destinados à via de acesso ao Santuário de Nossa Senhora da Paz, recordando que os fundos comunitários não financiavam estradas, sendo que a tinham de construir com recursos da autarquia. Mais disse que os 100.00,00€ (cem mil euros) referidos anteriormente se relacionavam com o que podiam candidatar a fundos comunitários relativamente ao Santuário de Nossa Senhora da Paz. Prosseguiu destacando diversas obras, como a aquisição do terreno dos Bombeiros e o aumento das verbas para as juntas de freguesia de 100.000,00€ (cem mil euros) para 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros). Referiu que esperava que o orçamento fosse cumprido em 2025, destacando dificuldades na contratação de mão-de-obra e empreiteiros. ----- Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com onze abstenções do PSD). -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e uma horas, a senhora Presidente da Assembleia, Eugénia Leal, declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Bruno Miguel Arruda Machado, Secretário da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém quinze folhas. -----

*Eugénia Leal*  
*Bruno Miguel Arruda Machado*  
*BM*